

O PAPEL DO MUNICÍPIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO LAZER: O CASO DE LAJEADO/RS

Beatris Francisca Chemin¹ e Alessandra Fernandes Hendler²

RESUMO: O lazer, direito social constitucional, como experiência cultural construída relacionada à qualidade de vida e à dignidade humana, é caracterizado como liberdade positiva que deve ser incentivada e concretizada pelo Poder Público. O Município, como entidade político-administrativa que cuida dos interesses locais dos munícipes, tem o dever de garantir a satisfação desses interesses, entre eles o lazer. Assim, este artigo trata dos principais resultados da pesquisa "O Município e seu papel constitucional na implementação de políticas públicas voltadas ao lazer: o caso de Lajeado/RS", realizada por meio de questionários com presidentes de Associações de Moradores de Bairros e de entrevistas com secretários municipais, enfocando os seguintes aspectos: a) o conceito e a abrangência do lazer; b) projetos de lazer realizados no bairro; c) espaços físicos e equipamentos de lazer existentes nos bairros e os que mais fazem falta; d) a conservação/manutenção dos espaços e equipamentos de lazer; e) as atividades de lazer desenvolvidas pelo Município nos bairros e as que mais fazem falta; f) a continuidade dos projetos de lazer; g) o transporte coletivo; h) a segurança pública nos espaços e promoções de lazer; os quais são analisados também sob o ângulo de estudiosos do lazer. Por fim, são sugeridas formas de tornar o lazer mais efetivo no cotidiano dos munícipes, por meio de políticas públicas claras, como instrumento de planejamento, gestão e ação dos Governos municipais.

PALAVRAS-CHAVE: Direito ao lazer. Políticas públicas municipais de lazer. Gestão Municipal. Município de Lajeado/RS.

¹ Beatris Francisca Chemin é professora do Curso de Direito do Centro Universitário UNIVATES, Lajeado/RS; especialista em Letras e em Direito Civil; mestre em Direito; advogada; coordenadora do projeto de pesquisa "O Município e seu papel constitucional na implementação de políticas públicas voltadas ao lazer: o caso de Lajeado/RS", financiado pela Univates, no período de março/06 a fev/07, que originou o livro "Políticas Públicas de Lazer: o papel dos municípios na sua implementação", publicado pela Editora Juruá, em 2007. O artigo é uma síntese de parte da pesquisa. (bchemin@univates.br).

² Alessandra Fernandes Hendler é acadêmica do Curso de Direito do Centro Universitário UNIVATES e bolsista Univates no projeto de pesquisa "O Município e seu papel constitucional na implementação de políticas públicas voltadas ao lazer: o caso de Lajeado/RS".

THE MUNICIPALITY ROLE IN THE IMPLEMENTATION OF PUBLIC POLICIES TURNED TO LEISURE: THE CASE OF LAJEADO, RS

Abstract: The leisure, constitutional social right, built as cultural experience related to life quality and to human dignity, is characterized as positive freedom that has to be motivated and accomplished by the Public Power. The municipality, as political-administrative entity that cares for the local needs of its citizens, has to assure the satisfaction of these interests, among them the leisure. So, the article is about the main results of the research "The municipality and its constitutional role in the implementation of public policies turned to leisure: the case of Lajeado, RS", developed through questionnaires with presidents of District Dwellers Organizations, and interviews with municipal secretaries, focusing on the following aspects: a) the concept and the understanding of leisure; b) leisure programs developed in the districts; c) physical spaces and equipments available in the districts and the ones they are missing; d) the repair/maintenance of the places and leisure equipments; e) the leisure activities developed by the municipality in the districts and the ones that they are missing; f) the on going leisure programs; g) the public transport; h) the public safety in the places and leisure events, that are also analyzed by experts of this area. At the end, there are some suggestions on how to make the citizens daily leisure more effective, through clear public policies, as means of planning, management and action of the municipality governments.

Key words: Right to leisure; Municipal public policies of leisure; Municipality of Lajeado, RS.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta alguns resultados da pesquisa "O Município e seu papel constitucional na implementação de políticas públicas voltadas ao lazer: o caso de Lajeado/RS", desenvolvida no período de março/06 a fevereiro/07, tomando como base o lazer como direito constitucional de todos e responsabilidade do Poder Público, notadamente do Município como titular de competências administrativas próprias que implicam obrigações e funções relacionadas a interesses próximos e locais dos munícipes, devendo desenvolver suas funções sociais e trabalhar pelo bem-estar dos habitantes.

O conceito de lazer, como se conhece hoje, modificou-se ao longo do tempo, pois somente no século XX as ciências sociais passaram a analisar mais sistematicamente o tempo livre que sobrava do trabalho, tentando explicar até onde vão e como são as suas relações com o trabalho remunerado e o lazer. Desta forma, muitas são as divergências referentes ao significado conceitual do lazer.

Nesse sentido, destaca-se que a pesquisa adotou como padrão para a análise o conceito de lazer defendido por Marcellino (2000), ou seja, a cultura, em sentido amplo, vivenciada no tempo disponível, em que o marco definidor é o caráter desinteressado, a flexibilidade, a liberdade dessa vivência. Neste conceito estão duas ordens que se interligam: o lazer entendido como **atitude** – o estilo de vida que a pessoa leva, o seu modo de proceder, o seu estado de

satisfação, de prazer, de bem-estar, diante das diversas experiências da vida, sem se ater a um tempo determinado; e **tempo** – este disponível, em que a pessoa tem livre escolha por contemplação e/ou atividades, nestas incluídos o tempo das obrigações em geral (familiares, sociais, etc.) e o do próprio trabalho com objetivos econômicos.

Como ligação entre teoria e prática, foi analisado o caso do Município de Lajeado/RS, situado no Vale do Taquari, e, por meio do método qualitativo descritivo (Mezzaroba; Monteiro, 2004), foram aplicados questionários estruturados a 28 presidentes de Associações de Moradores dos Bairros (do total de 32 associações), correspondentes a 25 bairros do total de 27 existentes no Município, e feitas entrevistas com nove secretários municipais, dos treze existentes, escolhidos por Secretarias com maior afinidade com a área do lazer, para verificar se existem e como são as políticas públicas de lazer implementadas pelo Poder Público Municipal. Esclarece-se que dos quatro presidentes faltantes, três não foram identificados e/ou não localizados, nem mesmo pela União das Associações de Moradores de Bairros de Lajeado (UAMBLA), e o outro, a Associação não tem diretoria constituída; ressalta-se, também, que há quatro bairros com duas Associações.

A pesquisa tomou como base as atividades/projetos de lazer no ano de 2005 e verificou diversos itens, dentre eles: a) o conceito e a abrangência do lazer; b) os projetos de lazer realizados no bairro; c) os espaços físicos e equipamentos de lazer existentes nos bairros e os que mais fazem falta; d) a conservação/manutenção dos espaços e equipamentos de lazer; e) as atividades de lazer desenvolvidas pelo Município nos bairros e as que mais fazem falta; f) a continuidade dos projetos de lazer; g) o transporte coletivo; h) a segurança pública.

As respostas dos presidentes de Associações e dos secretários municipais foram agrupadas em unidades de significado, para melhor elaboração das tabelas, e analisadas por categorias, sendo feito, quando possível, o cruzamento dos dados e acrescentada doutrina de estudiosos do lazer, envolvendo leituras que abrangeram áreas afins ao objeto deste estudo, lazer, quais sejam: áreas da sociologia, saúde, educação, turismo, meio ambiente, direito constitucional e administrativo.

Com base na análise do estudo de caso, apoiada em revisão teórica, são sugeridas orientações para a formulação e a concretização de políticas públicas na área do lazer para os Municípios em geral, como forma de auxiliar na inclusão social, cultural e econômica, já que, tendo qualidade de vida adequada, os municípios terão saciadas necessidades básicas, contribuindo para que eles possam desenvolver otimamente suas potencialidades de seres humanos e cidadãos.

2 DIREITO SOCIAL AO LAZER – O CASO DE LAJEADO/RS

A partir do aprofundamento conceitual de lazer, percebe-se o quão importante ele é para o aumento da qualidade de vida das pessoas e como se fazem necessárias políticas públicas voltadas à sua implementação, desde a União, passando pelos Estados e chegando aos Municípios. A partir da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), o partilhamento das competências entre esses entes federativos aumentou o poder de atuação dos Municípios, os quais, por meio da auto-organização que proporciona a Lei Orgânica, são responsáveis por diversos interesses cotidianos dos munícipes (ensino básico, postos de saúde, asfaltamento de ruas, coleta de lixo, controle do trânsito urbano, dentre outros), destacando-se, também como interesse local, a criação e o fomento de condições para o lazer.

Com base nisso, a pesquisa procurou verificar a situação da área de lazer no Município de Lajeado/RS³, partindo da coleta de dados conseguidos com a aplicação de questionários a 28 presidentes de Associações de Moradores de Bairros e de entrevistas com nove secretários municipais de Lajeado: Cultura e Turismo; Educação; Saúde; Meio Ambiente; Juventude, Esporte e Lazer; Trabalho, Habitação e Assistência Social; Agricultura e Abastecimento; Planejamento; Obras e Serviços Urbanos, destacando-se que o ano base tomado como referência para a coleta dos dados foi 2005.

A seguir, apresentam-se alguns resultados dos questionários aplicados aos presidentes, mesclando-se, quando possível, com entrevistas dos secretários municipais e com base teórica de estudiosos do lazer. Optou-se, como regra geral, por reproduzir poucas falas dos pesquisados – colocadas em letra itálica – e resumir as principais.

³ O Município de Lajeado é o mais populoso da região do Vale do Taquari e situa-se a cerca de 120km de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Possui área de 90,42 km², sendo 87,47% área urbana e apenas 12,53% rural, com uma população de 66.378 habitantes (IBGE, 2005), distribuída em 27 bairros. "Fundação de Lajeado/RS: 20 de março de 1855. Emancipação: 26 de janeiro de 1891. Densidade habitacional: 736,39 hab/km² (IBGE, 2005). Matriz econômica (ref. 2005): setor primário: 2,25%; indústria: 44,84%; comércio: 31,28%; serviços: 21,69%. Orçamento projetado para 2005: R\$ 55 milhões. Orçamento realizado em 2005: 53,59 milhões" (Lajeado..., 2006, p. 42).

2.1 Conceito e abrangência do lazer

TABELA 1 – Conceito de lazer para os presidentes de Associações de Moradores e secretários municipais de Lajeado/RS

O que é lazer	Presidentes		Secretários	
	Freqüência	%	Freqüência	%
Esportes	15	26,8	5	15,2
Local com infra-estrutura	11	19,6	3	9,1
Diversão/Bem-estar	8	14,3	6	18,2
Tempo livre não trabalhado	6	10,7	5	15,2
Ficar com a família	5	8,9	3	9,1
Turismo	4	7,1	3	9,1
Descanso	3	5,4	2	6,1
Integração	2	3,6	4	12,0
Cultura	2	3,6	2	6,1
Total	56	100,00	33	100,00

Fonte: Pesquisa Univates, 2006: "O Município e seu papel constitucional na implementação de políticas públicas voltadas ao lazer: o caso de Lajeado/RS".

Destaca-se que, no início das respostas dos pesquisados para esta questão, ficou explícita a sua dificuldade em conceituar lazer. Por envolver subjetividade e complexidade, foi difícil aos presidentes de Associações e aos secretários municipais expressá-lo por conceito direto, e consideraram mais fácil revelar formas por meio das quais o lazer se identifica.

Comparando-se as duas categorias de pesquisados para a mesma questão formulada: *o que é lazer?*, observa-se que há mais semelhanças do que diferenças, ou seja, dos grupos de palavras cujos sentidos mais se aproximaram, por exemplo, nos primeiros quatro colocados para os presidentes de Associações de Moradores, aparecem coincidência em três deles para os secretários municipais, apenas destoando no local com infra-estrutura/integração. Isso significa que, para as duas categorias, lazer é especialmente esportes, diversão/bem-estar, tempo livre não trabalhado, local com infra-estrutura e integração, com pequenas variações de porcentagem entre cada um.

Assim, do universo de presidentes (28), 15 citações (26,8%) foram no sentido de que lazer significa praticar esportes, tendo aparecido especialmente futebol (13 citações) e caminhadas (2). Já no que se refere aos secretários, cinco citações (15,2%) foram no sentido de que lazer significa esportes, incluindo-se aqui principalmente futebol, vôlei, caminhadas. Na visão de Müller (2004), o lazer possui dentro de si o esporte, que hoje adquiriu dimensão independente da educação física, pois tem vida própria. Para o autor, a presença do esporte é tão marcante e envolvente que possivelmente o lazer teria dificuldades para sobreviver sem ele.

A doutrina manifesta, ainda, que o lazer ligado ao esporte se justifica por haver certa espontaneidade, integração entre as pessoas e exercício físico, e que o melhor esporte é aquele que valoriza o bem-estar dos envolvidos:

O desejo de exercitar-se fisicamente, de colocar-se em forma, é o denominador comum das atividades desportivas, não obstante predomine, para alguns, o interesse estético do movimento no esporte e na ginástica dança, ou na contemplação da natureza e das pessoas nas caminhadas (Camargo, 1999, p. 21).

Enquanto apenas três (9,1%) citações dos secretários apontaram lazer como local com boa infra-estrutura, 11 citações (19,6%) referentes aos presidentes de Associações destacaram que lazer é ter um local adequado/equipado, como praças, parques, inclusive com área verde, ou seja, espaços com boa infra-estrutura para passar o tempo. As colocações dos presidentes demonstraram, inclusive, a vontade de que os espaços, as instalações para lazer podem ser simples, desde que funcionais, o que vem ao encontro da doutrina:

Mesmo quando simples, as estruturas devem ser funcionais para atender, com eficiência, crianças, jovens, adultos e idosos. Por isso, os pavilhões, galpões e quadras devem ser bem equipados de bebedouros, chuveiros e, se possível, de banheiros que permitam hidromassagem (Andrade, 2001, p.76).

Lazer, para oito presidentes (14,3%) e seis secretários (18,2%), é sinônimo de diversão, entretenimento, bem-estar; para os primeiros, lazer também é tempo livre não trabalhado, com seis (10,7%) citações, enquanto que, para os segundos, foram referidas cinco (15,2%) citações. Neste último sentido, o lazer está sendo visto como o tempo livre contraposto ao tempo do trabalho.

Para melhor se entender o lazer realizado no tempo livre:

São atividades livres todas aquelas que não são essenciais nem opcionais em algum leque de alternativas, mas que se realizam ou se perfazem nos limites do tempo livre, a 'relação temporal' que não é reservada a compromissos obrigatórios ou que, moral ou funcionalmente, podem acontecer em tempo e em duração indeterminados (Andrade, 2001, p. 18).

Com os dados obtidos neste item, pode-se comparar que as respostas dos secretários municipais em muito se assemelham com as dos presidentes das Associações de Bairro. Tal constatação pode ser vista de dois ângulos: a) positivamente, eis que, se ambas as esferas (pública e privada) compreendem da mesma maneira o sentido e a abrangência do lazer, restarão mais facilitadas ações que visem à efetivação desse direito à maior parte dos habitantes do Município; b) negativamente, porque a falta de maior clareza quanto ao que

exatamente é lazer e sua amplitude na vida cotidiana, de parte de pessoas que são autoridades municipais, consideradas as principais responsáveis por reivindicações de suas comunidades e/ou encaminhamento e execução de políticas públicas, programas e projetos na área do lazer, menos condições de mobilização da sua comunidade e de reivindicação possuem, na medida em que o conhecimento da sua amplitude e importância é diferencial na luta da conquista por melhores condições de vida nos bairros do Município.

Por isso, como refere Chemin (2002), é necessária uma preparação maior para compreender a amplitude do lazer e melhor desfrutar de suas qualidades, tarefa a ser feita por muitas mãos, num processo integrado e continuado: família, escola, universidade, igreja, empresa, Poder Público, nação, sociedade em geral.

2.2 Projetos de lazer realizados nos bairros

TABELA 2- Realização de projetos de lazer destinados ao bairro no ano de 2005

Projetos de lazer	Freqüência	%
Não	15	53,6
Sim	13	46,4
Total	28	100,00

Fonte: Pesquisa Univates, 2006: "O Município e seu papel constitucional na implementação de políticas públicas voltadas ao lazer: o caso de Lajeado/RS".

Dos 28 presidentes de Associações ouvidos nos questionários, apenas 13 (46,5%) afirmaram que foram realizados, em 2005, ano em que se baseia esta pesquisa, projetos de lazer destinados ao bairro que representam.

Entre os projetos mencionados, destaca-se a realização, por parte do Poder Público, de obras específicas para o lazer, como construção de ginásios e quadras de esportes, implantação de áreas verdes, reformas de praças e liberação de recursos financeiros. Além desses, foram citados eventos, como os bailes da terceira idade e jantares promovidos pelas Associações.

Quinze questionários (53,6%) destacaram que não foi realizado nenhum projeto de lazer. Este dado demonstra a deficiência na área de lazer de muitos bairros do Município pesquisado.

Com os dados obtidos no desmembramento desta questão, ficou evidenciado que o Poder Público é quem mais promove projetos de lazer destinados aos bairros, visto que foi citado por seis dos 13 presidentes que afirmaram ter havido algo na área. Quatro dos 13 afirmaram que a Associação de Moradores é a promotora dos projetos, sendo que três referiram existir parceria entre a Associação e o Município no que tange ao assunto. Assim, destaca-se a participação efetiva do Poder Público de Lajeado/RS na realização de nove dos 13 projetos de lazer mencionados pelos presidentes.

Dos 13 presidentes que declararam existir projetos de lazer, 10 afirmaram que a comunidade participou efetivamente na sua elaboração/execução.

Pelo lado dos secretários, um dos nove entrevistados afirmou que a elaboração de alguns projetos da sua Secretaria é feita com a "*participação da comunidade por meio da doação de materiais*", ou seja, que o fato de algumas pessoas ou entidades doarem materiais as tornam participantes do projeto, o que se depreende que, no caso, é uma participação passiva, de doação de coisas, e não de participante no sentido de opinião, de sugestão, de construção do projeto em si.

Já outros secretários mencionaram que há projetos que surgem a partir de idéias da comunidade, sugestões de escolas, dos professores dos bairros e dos próprios secretários. Outro comentou que sua Secretaria é executora dos projetos que vêm de outras Secretarias, ou seja, "*ela auxilia os outros secretários*", que há uma parceria entre algumas Secretarias, e que os pedidos também surgem da vontade das Associações de Bairros.

Sete presidentes referiram, contudo, que a participação da comunidade se limita ao pedido de algumas necessidades para a Associação por meio de conversas ou reuniões com membros da Diretoria. Outros três afirmaram que moradores do bairro participam com mão-de-obra em projetos pontuais, como na construção da sede da Associação e na promoção de almoços/jantares.

Como constatado nos dados coletados, a existência de "projetos" de lazer pode ser, no entendimento das duas categorias pesquisadas, desde limpeza e roçada de praças/parques, eventos como almoços e jantares, colaboração em dinheiro para pagar planta de engenharia civil de área verde, até projetos articulados em focos definidos, o que comprova a dificuldade de compreensão da metodologia de planejamento de ações voltadas ao lazer.

Dos 15 presidentes que responderam negativamente a essa questão, a maioria ressaltou que a comunidade do bairro participa pouco, nem sequer frequenta as reuniões da Diretoria da Associação; que o individualismo impera entre as pessoas; que o bairro é pouco valorizado pelo Poder Público e pelos próprios moradores; e que alguns presidentes se sentem abandonados, sem valorização, mesmo que trabalhem com boa vontade e responsabilidade.

Essa espécie de solidão que sentem os presidentes, que trabalham praticamente sozinhos, voluntariamente, à frente das Associações, encontra amparo no comentário de Padilha (2003, p. 254), para quem não é por falta de tempo que as pessoas não se socializam, não se misturam, não se ajudam, "é que o individualismo reina nos dias atuais; é porque as técnicas lúdicas disponíveis reforçam escolhas individuais".

Esse individualismo das pessoas em relação à sua comunidade também é destacado por um dos secretários entrevistados, que refere *"a falta de iniciativa da comunidade para participar das promoções, de ocupar o espaço físico existente no bairro, pois não estão conscientes da importância do lazer"*. Por isso, segundo ele, a Secretaria está tentando conscientizar os pais e alunos por meio de atividades das escolas municipais.

Cabe ressaltar que foi observada certa mistura e/ou confusão de compreensão dos presidentes das Associações nesta questão, pois muitos, ao responderem afirmativamente que participavam da elaboração/execução dos projetos de lazer, pelos exemplos dados por eles, queriam se referir à participação da comunidade no usufruto desses projetos, e não efetivamente na sua elaboração e/ou execução. Dessa forma, tais dados devem ser analisados com certa cautela, eis que muitos depoimentos não combinam com a resposta objetiva do 'sim' ou do 'não'. Na realidade, pelos dados, a constatação da pesquisa foi que os moradores praticamente não participam e/ou participam muito pouco da elaboração dos poucos projetos que eles têm conhecimento que provêm do Poder Público.

Nesse sentido tem-se o depoimento de um dos secretários, que afirmou que *"normalmente os projetos são feitos para atender pedidos de vereadores, do Prefeito ou de outras secretarias, e não da vontade da população em si. Já outro referiu que a comunidade participou do planejamento do Festibairros, que é um almoço, jogos, venda de bebidas"*, sendo este um dos raros eventos em que a comunidade participa efetivamente da sua elaboração.

A participação da comunidade nos projetos, junto com o Poder Público, de acordo com a doutrina, seria uma das mais importantes formas de efetivar o lazer:

Para que países em desenvolvimento como o Brasil adquiram cada vez mais condições de desenvolver e explorar o lazer, seria desejável que vários segmentos da sociedade se interessassem e passassem a atuar nesse campo. Isso significa que os órgãos governamentais, a iniciativa privada e os diversos segmentos sociais têm de atuar em conjunto (Marcellino, 2000b, p. 76).

Outra estudiosa do lazer complementa que a participação popular é pouco incentivada pelo Poder Público, o qual se preocupa mais com a construção dos espaços do que com a vida a ser colocada nele (Pinto, 1996).

Da mesma forma como foi constatado na pesquisa, que a comunidade praticamente não participa da elaboração/execução dos projetos, ocorre com a avaliação, ou seja, foram raros os secretários que mencionaram que é feita avaliação do desempenho dos projetos e, quando realizada, é normalmente efetuada pelo próprio pessoal da(s) Secretaria(s) envolvida(s).

Desdobrando-se outros aspectos relacionados à questão, foi possível verificar que do universo dos presidentes (28), nove (32,1%) afirmaram que são

os funcionários da Prefeitura que colocam os projetos de lazer em prática. Outros cinco (17,8%) responderam que são os próprios moradores do bairro que os executam, mas sem receber preparação específica. Alguns secretários confirmaram que os moradores dos bairros, em alguns casos, igualmente executam os projetos e geralmente atuam de forma voluntária e sem receber qualquer capacitação prévia.

A falta de capacitação específica para o lazer, demonstrada na pesquisa, quase de forma geral, dos profissionais que promovem os projetos, é um problema sério, uma vez que, conforme Müller (2003), a construção e implantação de diretrizes, objetivos e serviços na área do lazer só se tornam possíveis com uma política clara e consistente de recursos humanos.

Pelo que se depreende dos dados desta questão, há, portanto, realização de alguns projetos de lazer no Município, oriundos especialmente de idéias gestadas nas Secretarias, planejados e executados em sua quase totalidade pelo Poder Público, concretizados, na sua maioria, por recursos humanos com pouca preparação específica e, quando avaliados, esta é feita internamente. Destaca-se que toda política pública de lazer deve considerar a realidade da comunidade, “[...] sua participação efetiva no planejamento, organização e avaliação das ações; e a integração com órgãos e instituições locais, quer em busca de apoio político, ou de recursos para manutenção e ampliação da ação” (Marcellino, 1996, p. 39).

2.3 Espaços físicos e equipamentos de lazer existentes

TABELA 3 - Existência nos bairros de espaços físicos e equipamentos de lazer para uso público

Espaços e equipamentos	Freqüência	%
Área verde	22	15,9
Campo de futebol de grama	19	13,8
Canchas de bocha	18	13,0
Praça pública	17	12,3
Quadra de basquete/vôlei	15	10,9
Ginásio de esportes coberto	15	10,9
Parque infantil	13	9,4
Quadra de minifutebol	11	8,1
Espaço para caminhadas	4	2,9
Pista de <i>skate</i>	2	1,4
Pista de bicicletas	2	1,4
Total	138	100,00

Fonte: Pesquisa Univates, 2006: “O Município e seu papel constitucional na implementação de políticas públicas voltadas ao lazer: o caso de Lajeado/RS”.

Apareceram 22 citações (15,9%) dos presidentes de Associações afirmando existir no bairro área verde. Procedendo-se a uma análise global, que 28 presidentes responderam ao questionário e que representam 25 bairros do total de 27, esse dado, pelo menos no sentido de existência, significa que a maioria dos bairros está contemplada com um espaço verde. A pesquisa não teve o intuito de verificar a quantidade de área verde existente em cada bairro; no entanto, cabe ressaltar que, conforme Camargo (1999, p. 66), "veicula-se muito nos noticiários uma recomendação da Unesco para que toda cidade ofereça, no mínimo, 10m² de área verde por habitante".

Outras 19 citações (13,8%) mencionaram a existência de campo de futebol de grama. Entretanto, destes, nove afirmaram que o campo de futebol pertence a sociedades situadas no bairro, geralmente clubes esportivos, e não à Associação de Moradores. Dessa forma, apesar de ser espaço aberto para uso público, nem todos podem utilizar o campo na hora que desejam, pois primeiro há as prioridades dos associados do clube.

Há ainda 18 citações (13%) que declararam existir canchas de bocha no bairro. Destas, 15 são particulares, ou seja, apesar de estarem disponíveis para uso de interessados, não pertencem ao Poder Público nem às Associações para uso gratuito de todos.

Conforme a pesquisa, a Secretaria do Meio Ambiente é a responsável pela arborização e o licenciamento ambiental de 43 praças no Município. Na aplicação dos questionários aos presidentes de Associações, a existência de praças públicas no bairro foi citada por 17 deles (12,3%); contudo, é importante referir que boa parte das praças existentes pertence às escolas.

Quinze citações (10,9%) destacaram a existência de ginásio de esportes coberto e quadra de vôlei/basquete no bairro. Muitas destas quadras, conforme depoimento de alguns presidentes, são de areia, servindo também para a prática de futebol, sendo as condições de algumas precárias. Conforme informação verbal, fornecida em set/2006 por um funcionário da Prefeitura de Lajeado/RS, existem 18 escolas municipais e, destas, 13 têm à sua disposição ginásios cobertos e nas 18 há quadras para a prática de vôlei, basquete e futebol.

A existência de parque infantil nos bairros foi citada 13 vezes (9,4%) e, em muitas delas, surgiram afirmações de que normalmente está localizado na praça. Nesse sentido, seis entrevistados referiram as más condições do parque de brinquedos para as crianças.

Como se constatou pelos depoimentos dos presidentes, existem espaços físicos e equipamentos de lazer para uso público nos bairros do Município, mas parte significativa deles (por exemplo: campo de futebol, canchas de bocha, ginásio de esportes etc.) possuem, em boa medida, uso de horários e público restritos, porque pertencem a escolas municipais, que funcionam especialmente nos horários de aula (diurno), e a sociedades/clubes esportivos particulares. Contudo, é conveniente analisar os dados desta questão em conjunto com os das TABELAS 4 e 5, uma vez que, em alguns casos, há mais detalhes, que revelam melhor a real situação dos espaços e equipamentos que existem e sua conservação.

2.4 Espaços físicos e equipamento de lazer que faltam

TABELA 4 - Espaços físicos e equipamentos destinados ao lazer para uso público que mais fazem falta no bairro

Espaços e equipamentos	Freqüência	%
Ginásio de esportes coberto	10	15,0
Pista de bicicletas	8	11,9
Espaço para caminhadas	7	10,4
Campo de futebol de grama	6	8,9
Praça pública	6	8,9
Quadra de basquete/vôlei	4	6,0
Quadra de minifutebol	4	6,0
Pista de <i>skate</i>	3	4,5
Área verde	3	4,5
Canchas de bocha	2	3,0
Parque infantil	2	3,0
Nada	3	4,5
Outros	9	13,4
Total	67	100,00

Fonte: Pesquisa Univates, 2006: "O Município e seu papel constitucional na implementação de políticas públicas voltadas ao lazer: o caso de Lajeado/RS".

A citação que mais apareceu, por parte de presidentes de Associações de Moradores, foi em número de 10 (15%), e afirma que o espaço público de lazer que mais falta no bairro é ginásio de esportes coberto, uma vez que os existentes pertencem normalmente às escolas, não proporcionando acesso livre ao público em geral.

Apareceram oito citações (11,9%) comentando pista de bicicletas como espaço de lazer que faz falta, enquanto sete (10,4%) citaram pista para caminhadas, havendo certo equilíbrio de destinatários dos espaços: naquela, mais para crianças, adolescentes e adultos; nesta, mais para adultos e terceira idade.

Identificaram-se somente duas citações (3%) para cada uma no que se refere a canchas de bocha e parques infantis. Talvez porque numa questão anterior ficou evidenciado que 18 bairros já têm canchas de bocha, embora a grande maioria seja de particulares, normalmente construídas junto a bares ou a pequenos armazéns. A baixa freqüência nas citações dos parques infantis se deve porque a prioridade dos bairros não é necessariamente a criação de novos parques, e, sim, a revitalização dos já existentes, o que, segundo esses presidentes, seria muito mais fácil e econômico para o Poder Público.

As áreas verdes foram citadas por três entrevistados (4,5%) como necessárias para o bairro. Aparentemente este número pode ser considerado ínfimo; no entanto, explica-se pelo fato de que em questão anterior foi demonstrado que 22 bairros já possuem esse espaço. Nesse sentido, muitos presidentes declararam gostar que as áreas verdes fossem melhor utilizadas, ou seja, que fossem utilizadas efetivamente como áreas de lazer.

Uma das preocupações comentada por presidentes diz respeito a espaços para crianças e adolescentes, inclusive com a disponibilização de professor para orientar a prática de lazer, eis que estes, quando estão fora do horário escolar, não têm o que fazer.

Houve nove citações (13,4 %) para 'outros', aqui aparecendo situações como: construção de creches e escola, reformulação de área verde em área de lazer, abertura de ruas, canalização de esgoto, iluminação pública, posto de saúde, dentre outras, o que demonstra a abrangência da preocupação dos representantes com as carências dos bairros. Essas respostas remetem a uma constatação séria: o lazer não é compreendido como uma necessidade básica pelos pesquisados, pois no momento de responder à pergunta muitos citaram outras necessidades básicas, pontuais, imediatas, da população, antes de pensar sobre espaços e equipamentos públicos de lazer.

Destaca-se o depoimento de um dos nove secretários municipais, salientando uma carência urbana séria: "*O que mais falta é uma área institucional de lazer dentro do loteamento urbano*", ou seja, que os loteamentos já deveriam ser planejados e urbanizados com áreas de lazer adequadamente equipadas, e não apenas com área verde. Já outro mencionou que "*precisa de mais conscientização da população para a consecução dos projetos de lazer e preservação dos espaços públicos*", e outro secretário citou diversas carências: arborização das ruas, compra de brinquedos, manutenção, pintura, reforma e solda de peças nas praças, dentre outras.

Alguns dos secretários referiram obras previstas para os próximos anos, que possuem endereços na área central da cidade de Lajeado, com exceção de uma obra no Parque do Imigrante, que fica num bairro considerado área residencial nobre do Município.

Nesse sentido, doutrinadores acreditam que a melhor forma de abranger mais usuários dos projetos de lazer é descentralizar os investimentos, construindo áreas de lazer em diversos bairros, e não somente em uma área central. A centralização dos espaços de lazer só tende a contribuir para a exclusão, atingindo somente àqueles que moram perto desses equipamentos:

[...] o que se observa nas cidades é uma organização que contribui para a exclusão. Um espaço urbano onde os equipamentos de entretenimento destinados ao público em geral são concentrados, reduzidos e carentes de boa manutenção. Uma exclusão que significa a negação, à maioria da população, do

acesso ao encontro, às vivências culturais, aos prazeres da vida, enfim, àquilo que hoje conhecemos pelo nome de lazer (Cruz, 2001, p. 88).

Portanto, é também para compensar a falta de ginásios esportivos públicos referida em primeiro lugar pelos presidentes, uma sugestão seria o Poder Público pensar na possibilidade de abrir ao público em geral as portas das escolas municipais e dos ginásios, pelo menos nos fins-de-semana, para que a população do bairro usufrua, perto de sua casa, dessa infra-estrutura, de uma forma sadia, participativa, com atividades artísticas, esportivas, recreativas, dentre outras, coordenadas por pessoas da própria comunidade e/ou por professores/animadores culturais da Prefeitura, além de ser uma maneira de otimizar os espaços e os escassos recursos públicos.

2.5 Conservação dos espaços físicos e equipamentos de lazer

TABELA 5 - Existência de conservação/manutenção regular dos espaços físicos e equipamentos de lazer dos bairros por parte dos responsáveis

Conservação dos espaços	Freqüência	%
Não	19	67,9
Sim	7	25,0
Não respondeu	2	7,1
Total	28	100,00

Fonte: Pesquisa Univates, 2006: "O Município e seu papel constitucional na implementação de políticas públicas voltadas ao lazer: o caso de Lajeado/RS".

Do total dos presidentes entrevistados (28), 19 (67,9%) alegaram existir conservação e manutenção dos espaços públicos e equipamentos de lazer por parte dos responsáveis, dos quais 11 referiram que esse trabalho é feito normalmente pela Associação de Moradores e, quando solicitado, pelo Município. Entretanto, ficou evidenciado nas respostas que a conservação e a manutenção dos espaços físicos e equipamentos de lazer não é um programa regular do Poder Público Municipal, eis que é feito somente quando requisitado pelos moradores, e com muita demora no atendimento.

Pelo lado dos secretários entrevistados, há o contraponto no sentido de que a demanda dos bairros é elevada, sendo superior à estrutura de atendimento do Município. Além disso, há a crítica de que comunidades, além de serem descuidadas quanto à coisa pública, não ajudam na sua manutenção e conservação.

Para se compreender melhor esse atendimento no Município de Lajeado/RS, esclarece-se que a Secretaria de Obras é a responsável pela

construção e a manutenção/conservação das praças públicas no que se refere aos seus equipamentos (bancos, brinquedos, calçadas,...), enquanto a Secretaria da Agricultura, pela manutenção do espaço físico, fazendo as roçadas, as podas e o plantio de mudas de flores e árvores (adquiridas pela Secretaria do Meio Ambiente) nessas praças.

Essa área de conservação e manutenção dos espaços físicos e equipamentos de lazer não satisfaz nem ao segmento dos presidentes das Associações nem aos secretários municipais, cada qual colocando as suas razões. Nesse sentido, cabem as constatações de estudiosos no assunto, que referem a falta de valorização para o lazer e o conformismo da comunidade com a falta de melhorias:

O lazer não é entendido como essencial e, portanto, os espaços e equipamentos de lazer não costumam merecer a atenção necessária, nem lhes é atribuída a importância real numa política de administração urbana (Pellegrin, 1996, p. 32).

Os espaços e equipamentos de lazer ainda não gozam de uma valorização e nem são entendidos, muitas vezes, como essenciais, e, por isso, não recebem atenção necessária por parte das políticas urbanas. Assim, em muitos lugares, o que acontece é a apatia e o conformismo alienado de alguns segmentos da população, que não dão a mínima contribuição e cuidado que os equipamentos do povo mereceriam (Müller, 2003, p. 25).

Outro problema demonstrado na pesquisa, por meio dos presidentes, que dificulta a conservação e a manutenção dos espaços e equipamentos de lazer, é a falta de conscientização dos próprios moradores. Muitos não zelam pelo patrimônio do bairro, depredando e praticando atos de vandalismo.

Além de ações concretas de implantação de mais espaços físicos e equipamentos adequados de lazer, com a devida manutenção e conservação permanentes, observa-se, portanto, a necessidade de maior integração entre o Poder Público Municipal, as Associações e os moradores desses bairros, começando por uma urgente conscientização de todos acerca da maior valorização do lazer na vida da comunidade e da utilização educativa crítica/criativa no lazer, fundamentais para a manutenção e conservação dos espaços e materiais. Assim, conforme Pinto (1996), será possível uma participação comunitária mais efetiva, voltada à recuperação, adaptação e otimização de uso dos espaços físicos e equipamentos de lazer.

2.6 Atividades de lazer desenvolvidas pelo município

TABELA 6 - Atividades de lazer desenvolvidas em 2005 pelo Município

Atividades físicas/esportivas	Frequência	%
Futebol	16	22,9
Bocha	14	20,0
Atividades manuais		
Nenhuma	20	38,4
Tricô	8	15,4
Atividades artísticas		
Nenhuma	22	78,6
Aulas de música	5	17,8
Atividades intelectuais		
Palestras em geral	15	44,1
Nenhuma	11	32,3
Atividades associativas		
Clubes de mães	22	19,6
Clubes da terceira idade	20	17,9
Atividades de turismo		
Nenhuma	22	73,3
Passeios pelo município	5	16,7

Fonte: Pesquisa Univates, 2006: "O Município e seu papel constitucional na implementação de políticas públicas voltadas ao lazer: o caso de Lajeado/RS".

Para a análise dos dados desta questão, utilizou-se a classificação de atividades de lazer idealizada pelo estudioso francês Dumazedier, citada e complementada por Camargo (1999), baseada no interesse cultural central de cada atividade de lazer: atividades físicas/esportivas, manuais, intelectuais, artísticas, associativas e turísticas. Para a elaboração da tabela, foram utilizadas apenas as duas citações mais referidas em cada tipo de atividade pelos presidentes de Associações de Moradores.

Importante, antes de analisar os dados coletados, esclarecer que a questão envolvia atividades desenvolvidas pelo Município na área do lazer; contudo, em muitas das respostas dos presidentes de Associações apareceram citadas atividades promovidas pela iniciativa da própria comunidade ou de interessados particulares de fora dela, ou seja, os presidentes se fixaram mais nas atividades em si, praticadas no bairro, do que em quem são os seus promotores/desenvolvedores.

Dos 28 presidentes, a maior citação, com 16 ocorrências (22,9%), foi de que o futebol é a atividade física/esportiva mais desenvolvida no bairro. Destas

16 citações, oito estão relacionadas com a participação nos Jogos da Uambla⁴, organizados anualmente pela União das Associações de Moradores de Bairros de Lajeado, em que o Município cede os árbitros e material esportivo (bolas, redes, etc.); e três citações estão ligadas à existência de escolinhas de futebol para crianças e adolescentes, em que o Poder Público coloca e mantém o professor.

Quatorze citações (20%) ressaltaram que o jogo de bocha é praticado no bairro. Contudo, todos os presidentes afirmaram que esta atividade é desenvolvida apenas nos Jogos da Uambla. É importante lembrar que as canchas de bocha existentes nos bairros, como visto em item anterior, são particulares e não promovem jogos comunitários.

Quanto às atividades manuais, dos 28 presidentes, houve 20 citações (38,4%) de que não é desenvolvido, no bairro, nenhum tipo como promoção do Município. Tricô foi referido por oito citações (15,4%). Deste número, dois entrevistados afirmaram que são oferecidas estas atividades por meio do clube de mães do bairro, enquanto outros dois destacaram que as atividades manuais são oferecidas no bairro pelo Projeto Vida⁵. É bom destacar também que crochê, bordado e pintura tiveram igual número de citações (8) para cada um, na seqüência das referências dos presidentes⁶.

No que se refere a atividades artísticas, as respostas dos presidentes de Associações (22 citações – 78,6%) referiram que não há promoções nos seus

⁴ Os Jogos da Uambla, segundo informação verbal colhida em jun/06 na sede da Uambla, constituem-se de modalidades esportivas diversas (vôlei misto, futebol de salão feminino, futebol de salão livre (qualquer idade), minifutebol livre, minifutebol veteranos, bocha, bolão de mesa, bilhar e canastra). As modalidades são oferecidas em forma de campeonatos separadamente uma da outra, uma vez por ano, disputadas entre os bairros da cidade; contudo, como detectado nas respostas de alguns questionários, do total de bairros, poucos deles participaram.

⁵ “O Projeto Vida acolhe 660 crianças e adolescentes no turno oposto ao da escola regular e foi implantado nos bairros Campestre, Cohab-Moinhos, Planalto, Santo André, Santo Antônio e São José. Além da ajuda nos temas de casa, as crianças recebem orientações para atividades práticas de artesanato, música e dança” (Projeto Vida..., 2006, p.39).

⁶ “A exemplo do Brasil, a principal atividade artesanal no Vale do Taquari é o bordado, que aparece em 77, 5% dos municípios, acima da média nacional, 75% das cidades do país. Os números foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), após conclusão da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) de 2005, formatada através de questionários em 5.564 prefeituras. Pela primeira vez foi realizado levantamento de informações com base nos trabalhos artísticos e artesanais. Destaca-se ainda na região a atividade com madeira em 52,5% dos municípios (43% no país) e com material reciclável, 22,5%, também acima do percentual do país, que é de 17%. Comparando com o Brasil, percebe-se menos atenção ao barro na região. Apenas quatro cidades, o que corresponde a 10% dos municípios, frente aos 23% em âmbito nacional” (Bordado desponta..., 2006, p. 13). Do mesmo levantamento, é possível constatar que especificamente em Lajeado aparecem como principais atividades artesanais apenas o barro e as pedras preciosas. As atividades artesanais listadas na tabela do IBGE são bordados, barro, couro, fios e fibras, fibras vegetais, frutos e sementes, madeira, material reciclável, metal, pedras, pedras preciosas, tecelagem, tapeçaria e renda.

bairros. Cinco citações (17,8%) declararam que são oferecidas aos moradores aulas de música. Da parte de um dos secretários, houve referência de que existe uma sala de teatro no subsolo da Biblioteca Pública Municipal, localizada no centro da cidade, na qual são oferecidas aulas de dança em geral e capoeira, e, no prédio contíguo, na Casa de Cultura, são oferecidos cursos com aulas de violão, violino, flauta, piano, cerâmica, libras e língua estrangeira.

Destaca-se que é difícil imaginar que a pessoa consiga bom equilíbrio na vida cotidiana sem seu espaço de sonho, de aventura, de encantamento, de beleza, e sabe-se, do senso comum, que atividades como cinema, teatro, literatura e afins não fazem parte do universo cultural da maioria da população. Por isso é importante encontrar esse equilíbrio no dia-a-dia com outras atividades artísticas e/ou associativas, como, por exemplo, as festas em geral – incluindo-se bailes, festas de Carnaval, shows musicais, festas comunitárias e outras –, as quais representam, conforme Camargo (1999), o exercício pleno do imaginário do indivíduo.

Atividade intelectual está relacionada àquela que serve de fonte de conhecimento, de informação, de aprendizagem para a pessoa; aquela que busca a satisfação de uma curiosidade, de uma vontade de saber algo sobre determinada coisa. Dos 28 presidentes entrevistados, houve 15 (44,1%) citações no sentido de que existiram palestras, no ano de 2005, nos bairros, não necessariamente promovidas pelo Poder Público Municipal. Onze (32,3%) citações referiram que não foi oferecido tipo algum de atividade intelectual no bairro.

Houve 22 citações (19,6%) no sentido de que existem no bairro clubes de mães em funcionamento como atividade associativa desenvolvida, e, conforme depoimentos, são coordenados, na sua maioria, por moradoras do bairro; também houve vinte citações (17,9%) afirmando que há clubes da terceira idade. Nesse sentido, verifica-se que a terceira idade⁷, conforme a questão, é o segmento que mais tem acesso ao lazer, talvez até por possuir maior tempo disponível devido à aposentadoria. Para essa faixa etária são disponibilizados os clubes de mães, os clubes e bailes da terceira idade, atividades turísticas, atividades manuais, entre outros.

Referentemente às atividades de turismo, que proporcionam conhecimento, criatividade, enriquecimento das experiências de vida, ampliação cultural geral, dentre outros aspectos, dos 28 presidentes, houve 22 citações (73,3%) afirmando que não se realizou nenhuma atividade desse tipo no bairro, no ano de 2005, pelo Município de Lajeado. Cinco citações (16,7%) foram no sentido de ter havido passeios por pontos turísticos do Município; entretanto,

⁷ “Pobre do povo que não respeita seus idosos. Este não considera relevante a sua própria história e está fadado a não ter futuro. O que não é, sem dúvida, o caso de Lajeado. Aqui existe o Projeto Conviver, mantido ao custo de R\$ 80 mil/ano, R\$ 50 mil dos quais bancado pela própria Prefeitura, para atender 25 grupos de convivência da Terceira Idade, beneficiando aproximadamente 2.500 pessoas” (Terceira idade: idosos., 2006, p. 24-25).

todos promovidos por iniciativa dos próprios moradores do bairro. Das respostas, podem se destacar algumas constatações, dentre as quais que o incentivo público ao turismo para viajar fora de Lajeado não foi referido por nenhum presidente e que a área turística local encontra-se ainda pouco desenvolvida, não apenas por carecer de mais pontos, mas por falta, quem sabe, de valorização e aperfeiçoamento dos já existentes, como a Casa de Cultura, a Biblioteca Pública Municipal, a Univates, o belvedere do Rio Taquari, a Igreja Matriz Santo Inácio de Loyolla, o Jardim Botânico, o Parque do Imigrante, o Parque Histórico, a Praça da Matriz, o Parque dos Dick, o Parque do Engenho, o Unicshopping, dentre outros.

Além disso, cotejando os dados da questão com as entrevistas dos secretários municipais, é possível observar que o Poder Público municipal fez uso de algumas parcerias nos eventos e projetos promovidos na área do lazer em 2005, aparecendo citados: Uambla, SESC, SESI, Unimed, Centro Universitário Univates, Emater, Associação Comercial e Industrial de Lajeado - Acil, Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, Rotary Club, Câmara Júnior, Rede Brasileira de Jardins Botânicos, Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul - Famurs, Associação de Artesãos e algumas empresas privadas locais, estas destacadas especialmente na doação de brindes.

2.7 Atividades de lazer que mais fazem falta

TABELA 7 - Atividades de lazer que mais fazem falta nos bairros

Atividade	Frequência	%
Atividades esportivas em geral	29	44,6
Atividades manuais em geral	5	7,7
Acesso público à internet	3	4,6
Nenhuma	3	4,6
Caminhadas	2	3,1
Bocha	2	3,1
Dança	2	3,1
Aulas de música	2	3,1
Clube de mães	2	3,1
Clubes da terceira idade	2	3,1
Grupo de jovens	1	1,5
Boates	1	1,5
Atividades de turismo	1	1,5
Palestras em geral	1	1,5
Todas	1	1,5
Não sabe	1	1,5
Outras	7	10,9
Total	65	100,00

Fonte: Pesquisa Univates, 2006: "O Município e seu papel constitucional na implementação de políticas públicas voltadas ao lazer: o caso de Lajeado/RS".

Do universo dos 28 presidentes entrevistados, 29 (44,6%) citações foram no sentido de que as atividades esportivas em geral são as que mais fazem falta nas comunidades dos bairros. Algumas respostas destacaram como atividades faltantes futebol, ginástica, vôlei, basquete, ciclismo e futebol de salão. Salienta-se que muitas das citações completaram que seria necessário o Poder Público Municipal disponibilizar um profissional à comunidade, uma vez que já existem espaços públicos para a prática de esportes.

Nesse sentido, Melo e Alves Júnior (2003, p. 33) acreditam que o profissional de lazer⁸ é uma peça fundamental na implementação de políticas públicas nessa área, uma vez que é ele que transmite à população a importância do lazer, mostrando que “[...] a vivência do lazer começa antes da atividade propriamente dita”.

Cinco citações (7,7%) revelaram que as atividades manuais fazem falta no bairro. Importante destacar que, em item anterior, houve 20 citações afirmando que nenhuma atividade manual era oferecida no bairro. A complementação dessas citações, por meio dos depoimentos dos presidentes, também demonstrou que faltam pessoas que ministrem aulas, que dêem orientação de como trabalhar, como desenvolver essas atividades na comunidade.

Três citações (4,6%) referiram que o acesso público à internet seria necessário no bairro. Um dos nove secretários entrevistados também referiu a falta de laboratórios de informática com internet no Município, destacando, porém, que havia previsão de instalação de três deles, em 2006, em escolas de ensino fundamental. Sobre a importância do uso da internet, vale destacar que muitas das “crianças e adolescentes de hoje vivem cercados de videogame, computador, TV e DVD. As últimas descobertas da ciência dizem que o uso desses recursos na medida certa, ao contrário do que se pensava, pode ajudá-los a afiar a inteligência” (Souza; Zakabi, 2006, p. 66).

Acrescenta-se que a comunicação digital, seja pela internet ou pelo celular, tem sido uma das mídias mais usadas para o lazer⁹, por crianças, jovens e adultos.

⁸ “Animador cultural é o profissional ou o voluntário que atua na intervenção social, planejando, executando e avaliando ações de interesse da população. Animação cultural são as ações (lazer e recreação), programas, subprogramas, eventos levados à população com o objetivo de divertir, descansar e desenvolver social e pessoalmente” (Müller, 2004, p.40).

⁹ “Cerca de 2 bilhões de pessoas em todo o mundo têm um telefone celular, configurando apenas um dos aspectos da revolução provocada pela evolução das tecnologias digitais. A velocidade de desenvolvimento dessas tecnologias tem surtido efeitos em vários aspectos da vida cotidiana de toda a humanidade, revela um relatório da União Internacional de Telecomunicações (UIT). O ritmo de crescimento de utilização de aparelhos conectados em redes mundiais ultrapassou, segundo o relatório, a média histórica dos aparelhos de comunicação, indica a UIT, uma agência da ONU, em seu relatório “Internet Report 2006: Digital.Life”. ‘Estamos vivendo em meio a uma revolução digital’, revela um de seus autores, Lara Srivastava. Uma em cada duas pessoas no mundo será um usuário de celular nos próximos anos, destaca o relatório [...]. A comunicação

Interessante observar que uma citação (1,5%) referiu a carência de palestras em assuntos gerais; outra destacou que falta todo tipo de atividade no seu bairro, acrescentando que tudo o que viesse agregaria valor. Em contrapartida, outra citação (1,5%) ressaltou desconhecer as carências da comunidade: "*Não sei responder o que falta. Não tivemos reuniões com a comunidade para saber o que precisa*".

Curiosamente, mesmo que a pergunta deste item dizia respeito à falta de atividades específicas de lazer nas comunidades dos bairros, sete citações (10,8%) afirmaram que faltam 'outras' atividades, como as relacionadas com a segurança pública, com o patrulhamento diário por policiais; atividades referentes à saúde, como agentes e postos de saúde; e atividades relacionadas com o trânsito, como agentes de trânsito, semáforos e pavimentação de ruas.

Assim, pelos dados analisados, salienta-se a importância de os representantes dos bairros terem iniciativa e interação com sua comunidade, a fim de conhecerem melhor as suas dificuldades, disponibilidades e possibilidades na área do lazer, o que proporcionaria conseguir mais resultados positivos à testa das Associações de Moradores, com o Poder Público e com a sua própria comunidade, além de prospectar outras formas de parcerias.

Além disso, destaca-se, especialmente do lado do Poder Público Municipal, por meio de seus secretários, que todo evento, atividade, equipamento de lazer, quando bem planejado, deve prever investimentos não apenas de organização, construção, mas também de manutenção e animação, ou seja, que não é suficiente investir em belas e adequadas construções, organizar belos e bons eventos, belas e boas atividades de lazer, para que a população os/as frequente, pratique, usufrua, participe: esses espaços são criações artificiais de uma política cultural, a qual necessita ser interpretada, traduzida concretamente numa programação que atenda às necessidades da população, e para isso é preciso uma ação educativa chamada de animação cultural, conforme Camargo (1999).

2.8 Continuidade dos projetos de lazer

TABELA 8 - Existência de continuidade dos projetos de lazer desenvolvidos nos bairros

Continuidade	Freqüência	%
Não	21	75,0
Sim	7	25,0
Total	28	100,00

Fonte: Pesquisa Univates, 2006: "O Município e seu papel constitucional na implementação de políticas públicas voltadas ao lazer: o caso de Lajeado/RS".

digital, pela internet ou pelo celular, se transformou na primeira mídia utilizada para lazer entre as pessoas de menos de 55 anos --ultrapassando a televisão, o rádio, jornais, revistas e o cinema, segundo os dados coletados pela UIT."

Do universo de 28 presidentes, 21 (75%) afirmaram que não existe continuidade nos projetos de lazer. Muitas respostas negativas motivaram-se no fato de que o Poder Público executa obras referentes aos espaços e equipamentos de lazer, mas não oferece alguma forma de serviço permanente: como manutenção regular dos espaços e equipamentos, disponibilidade de profissionais de lazer e animadores culturais e implantação de projetos contínuos para a prática do lazer: "*Não tem nada permanente no que se refere ao lazer no bairro*", é um dos depoimentos.

É importante destacar, como bem refere Marcellino (2000, p. 83), que as políticas públicas de lazer, de forma alguma, devem ser isoladas, ou seja, "elas devem estar inseridas em um planejamento maior da cidade ou da região que busca o tipo de desenvolvimento desejado. Os eventos e atividades mais simples devem compor uma realidade maior que envolve a sociedade civil como um todo".

Embora a grande maioria das citações foi no sentido de haver descontinuidade por parte do Poder Público nos projetos de lazer, houve sete (25%) evidenciando o contrário, mas referindo especialmente a liberação de verbas e de professor para escolinha de futebol, ou seja, apenas há continuidade em algumas situações pontuais: "*A Prefeitura oferece a escolinha de futebol para as crianças permanentemente. O resto são eventos esporádicos*".

Pela análise dos dados, observa-se que a continuidade em projetos de lazer ainda não se efetivou como aspiram algumas comunidades. Há iniciativas pontuais, que na sua maioria não chega a se constituir em projetos e/ou programas públicos (e nem público-privados) contínuos no tempo e integrados no espaço municipal, que levassem a políticas públicas de lazer, mesmo que a médio ou a longo prazo. É necessário pensar o lazer, nas suas diversas interfaces e amplitudes, como um direito social, positivado na CF/1988, que deve ser garantido e estimulado permanentemente. Para que a população melhore sua qualidade de vida, desenvolva e faça crescer sua cultura popular, inclusive como meio de responsabilidade pessoal e social a partir da prática de lazer, é preciso que ele seja ofertado de modo permanente, continuado, aperfeiçoado e inserido nas comunidades do Município.

2.9 Transporte coletivo para o lazer

TABELA 9 - Existência de transporte coletivo público à noite, durante a semana

Transporte	Freqüência	%
Não	21	75,0
Sim	6	21,4
Não respondeu	1	3,6
Total	28	100,00

Fonte: Pesquisa Univates, 2006: "O Município e seu papel constitucional na implementação de políticas públicas voltadas ao lazer: o caso de Lajeado/RS".

Primeiramente, cabe destacar que, conforme interpretação do art. 23 da CF/1988, compete ao Município organizar o trânsito¹⁰ nas vias municipais, "estabelecendo as ruas preferenciais e impondo determinadas condutas quanto à velocidade, ao uso de buzinas, ao estacionamento, ao sentido das pistas, ao controle de poluição, ao momento de carga e descarga, etc." (Rizzardo, 1998, p. 32). Além disso, o Município pode conceder o transporte urbano a empresas.

Do universo dos 28 questionários, 21 presidentes (75%) afirmaram que existe transporte público regular à noite, durante a semana, que atende o bairro. Contudo, destes, seis referiram que os horários oferecidos não são suficientes para atender a todos os moradores do bairro; os outros 15, dos 21, afirmaram que os horários e trajetos satisfazem os interesses dos moradores e que a empresa de ônibus é prestativa. Entretanto, houve seis presidentes (21,4%), quase um quarto dos entrevistados, que declararam que não existe transporte regular à noite que atenda o bairro.

Com os dados desta questão, pode-se observar que, segundo os presidentes das Associações, 75% da população dos bairros de Lajeado têm condições de locomoção pública regular à noite, durante a semana, mesmo que em alguns sejam em horários insuficientes, e em quase um quarto dos bairros não há transporte noturno regular, possibilitando que os moradores possam participar de eventos de lazer que ocorrem na parte da noite.

Quanto ao transporte regular nos fins-de-semana, a porcentagem de respostas foi exatamente a mesma das referentes aos horários noturnos durante a semana (sim: 75%; não: 21,4%; não responderam: 3,6%).

Dos 28 questionários, 21 presidentes de Associações (75%) responderam que nunca foi disponibilizado transporte público gratuito às pessoas carentes dos bairros para eventos de lazer. Sete (25%) afirmaram que já foi disponibilizado transporte gratuito para moradores do bairro; entretanto, conforme as citações, geralmente essa iniciativa não partiu do Poder Público, e sim diretamente das empresas de transporte coletivo que atendem a essa concessão de serviço no Município. Entretanto, houve alguns depoimentos que comprovam que a Prefeitura já disponibilizou este benefício em algum momento.

Analisando-se as respostas das entrevistas com os secretários municipais, é possível identificar correlação com os depoimentos dos presidentes das Associações de Bairros, no sentido de que a colocação de transporte coletivo gratuito, por parte do Poder Público municipal, está relacionada com iniciativas pontuais: locomoção das escolinhas de futebol, do grupo de coral, de carentes para fazerem curso na Obra Social São Cristóvão, de estudantes da rede municipal para participarem de determinado projeto.

¹⁰ "A atual frota de veículos emplacados em Lajeado atinge 32.346 unidades, para uma população estimada em 66.378 habitantes. Deste total, 55% são automóveis e 23%, motos. Para ordenar o seu fluxo, o município conta com 37 pistas controladas por lombadas eletrônicas, das quais dez foram instaladas em 2005, sendo seis na Av. Alberto Pasqualini, duas na Rua João Fernando Schneider e outras duas na Rua Miguel Tostes" (Trânsito seguro, 2006, p. 11).

Assim, observa-se que a disponibilização de transporte urbano gratuito para eventos de lazer à população carente dos bairros é restrita a algumas promoções e normalmente para segmento limitado de público. Também ficou claro que há boa relação entre os usuários e as empresas que possuem a concessão do serviço de transporte público no Município, que deveria ser melhor aproveitada pelos bairros que possuem atendimento inferior às suas necessidades.

2.10 Segurança pública nos espaços e promoções de lazer

TABELA 10 - Ocorrência de algum tipo de violência ou falta de segurança nas promoções e/ou espaços de lazer nos bairros

Falta de segurança	Freqüência	%
Não	21	75,0
Sim	7	25,0
Total	28	100,00

Fonte: Pesquisa Univates, 2006: "O Município e seu papel constitucional na implementação de políticas públicas voltadas ao lazer: o caso de Lajeado/RS".

Dos 28 presidentes, 21 (75%) afirmaram que não ocorreu tipo algum de violência nas promoções e/ou espaços de lazer nos bairros, em 2005. Contudo, todos referiram que a segurança em geral está ameaçada, especificamente nos últimos tempos.

Grande parte dos presidentes reclamou da falta de policiamento regular nos bairros, que há muito consumo de drogas nas praças e destacou que em todas as promoções de lazer são contratados seguranças particulares para evitar aborrecimentos: "*Falta segurança em geral no bairro. A Polícia passa, mas não especificamente nas áreas de lazer, como na praça, e aí existe muita droga*", é um dos depoimentos.

Cabe destacar que o acesso das pessoas a atividades de lazer não pode ficar restringido por falta de segurança:

O lazer social não é atributo de segurança pública e deve ser utilizado como meio que viabilize o acesso social das pessoas que o merecem. No entanto, as autoridades constituídas têm a missão de vigiar e prevenir para que na prática de seu justo lazer os cidadãos não se exponham a riscos de violência e a outros perigos que podem ser evitados (Andrade, 2001, p. 62).

Nesse sentido, sete questionários (25%) mencionaram que já ocorreu algum tipo de violência nas promoções e/ou espaços de lazer nos bairros: brigas, furtos de motocicletas, assaltos.

A questão da segurança pública nos eventos públicos de lazer também é preocupação de quatro dos nove secretários municipais entrevistados. Um afirmou que a Secretaria que dirige deseja oferecer mais condições nesse sentido, por exemplo, no Parque dos Dick, pois "*considera que boa parte das pessoas não vai aos locais de lazer pela falta de segurança*". Sugeriu, inclusive, o cercamento do parque. Outro citou a ocorrência de arrombamentos, roubos e uso de drogas em áreas públicas. Outro secretário destacou que ocorrem brigas nos eventos de lazer e muita depredação nas praças e parques, e outro mencionou que, em projetos que envolvem jogos estudantis, há problemas entre os alunos, como furto de agasalhos e mochilas. Contudo, ficou destacado nas entrevistas que em eventos maiores são contratadas seguranças particulares e/ou empresas de vigilância, seja por parte das entidades promotoras, seja por parte do Poder Público.

Portanto, fica evidenciada, pelos dados coletados e pela revisão teórica da análise, a importância de existirem políticas públicas claras de lazer – implementadas por recursos humanos capacitados –, de forma planejada e organizada entre as diversas secretarias do Município de Lajeado/RS e as comunidades dos bairros, por meio de parcerias com suas lideranças, representadas, por exemplo, pelas Associações de Moradores, as quais podem e devem ser atuantes e interativas.

O Poder Público municipal (que, como visto nos dados, por um lado, muitas vezes não tem os recursos financeiros e humanos suficientes; por outro, às vezes também se depara com problemas político-partidários para atender as aspirações da população) em conjunto com suas parcerias (as quais, ao mesmo tempo que precisam aprender a reivindicar adequadamente seus pedidos, necessitam também aprender a depender menos dos Governos e serem autônomas e empreendedoras) poderiam contribuir para uma maior e mais qualificada inclusão social, educação, saúde, desenvolvimento urbano, meio ambiente, cultura e lazer dos munícipes – especialmente de crianças, jovens e adultos, já que os idosos revelaram-se bem contemplados –, inclusive com repercussão positiva nos Municípios vizinhos, que formam a região do Vale do Taquari/RS.

3 EFETIVAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE LAZER

O lazer, apesar de estar ganhando cada vez mais importância como objeto de reivindicação, por sua íntima ligação com a qualidade de vida e com a realização como ser humano, ainda não é efetivo como poderia e/ou deveria, uma vez que poucas e insuficientes são as políticas públicas nesse sentido no país. O Poder Público, de forma geral, desde o Município, passando pelo Estado e indo até o poder central, possui enorme dificuldade de acompanhar a discussão acerca do direito ao lazer, pois pouco está estabelecendo políticas setoriais na

área, que estejam articuladas com outras esferas de atuação, vinculadas com as iniciativas espontâneas da população e com parcerias com a iniciativa privada.

É do conhecimento público que diversos são os obstáculos a serem enfrentados pelo Poder Público na determinação de políticas públicas de lazer, tendo em vista as inúmeras demandas que ele recebe da população. Entretanto, estudiosos do lazer demonstram que existem formas de tornar o lazer efetivo por meio de políticas públicas centradas em diretrizes claras e objetivas, como instrumentos de planejamento, gestão e ação dos Governos municipais.

Para que isso aconteça, as Administrações Públicas Municipais deveriam seguir determinadas orientações na formulação dessas políticas, algumas das quais se sugerem a seguir, sem a pretensão de esgotar o assunto, e muito menos de ditar palavra única, mas de propiciar a reflexão e a possível (e desejável) ação daqueles que estão preocupados com o tema nas suas comunidades:

a) Maior entendimento do conceito e amplitude do lazer: ele deve ser visto como muito maior do que o descanso, a distração, o esporte, o divertimento dos munícipes, e sim como possibilidade de inclusão social, de desenvolvimento e crescimento da cultura das comunidades; ele é um meio pelo qual a pessoa pode se desenvolver existencialmente, em maior graduação, como ser humano e como cidadão responsável de uma comunidade, pautando sua vida com atitudes e tempos que possam contribuir para a ampliação em grau ótimo de suas capacidades e habilidades, com vistas a um aproveitamento quantitativo e qualitativo das diversas experiências do cotidiano, não só para si, mas também para os demais ao seu redor, o que requer, na esfera municipal, observar a interface com as políticas públicas de educação, cultura, saúde, esporte, habitação, meio ambiente, infra-estrutura, dentre outras.

b) Conhecimento acerca da metodologia de lazer: estando conscientes das diferenciações teóricas e, igualmente, de como fazer os encaminhamentos dessa metodologia na prática, por meio de recursos humanos e materiais qualificados, na complexa burocracia da Administração Pública superior, os gestores estarão melhor capacitados para planejar e implementar políticas públicas eficazes e eficientes, com seus programas e projetos.

c) Compreensão de políticas de lazer como algo contínuo, duradouro e integrado: é essencial que as administrações públicas entendam que o lazer não é objeto de apenas uma instância do governo e que várias secretarias deverão estar interligadas com o seu conteúdo. Cada secretaria municipal deve estar ciente do seu papel na prestação do lazer, para que assim possam trabalhar integradas e garantir a criação de políticas públicas transparentes, com objetivos claros e definidos que visem ao bem-estar da população.

d) Busca de parcerias e recursos: a demanda por lazer é muito maior do que as condições financeiras e estruturais das Administrações Municipais. Assim, necessário se faz implementar apoios, cooperações, patrocínios, convênios, parcerias com entidades privadas e/ou públicas sérias e inovadoras, especialmente com objetivos de qualificar recursos humanos, arrecadar fundos, agilizar e qualificar os processos administrativos, planejar e executar conjuntamente programas, projetos de lazer e tudo o mais que for preciso, para que a população do Município seja minimamente bem atendida nas suas aspirações de lazer.

e) Incentivo à participação da comunidade: na formulação de políticas públicas deve-se considerar a necessidade do conhecimento da situação, ou seja, da realidade, interesses e aspirações de determinada comunidade; por isso, além da sua participação efetiva no planejamento, organização e avaliação das ações, são essenciais: um processo de sensibilização das lideranças comunitárias acerca da importância do lazer e da efetiva parceria entre os moradores e a gestão pública, inclusive para o melhor uso e conservação dos equipamentos de lazer; a capacitação de voluntários, moradores dos bairros, como uma eficiente forma de aumentar a participação popular nos projetos de lazer promovidos pelo Poder Público municipal. Engajados com a elaboração e execução desses projetos, a população das comunidades ficará satisfeita e usufruirá muito mais das opções de lazer disponíveis.

f) Diagnóstico de necessidades da população: ao elaborar políticas públicas para o Município, seria necessário um levantamento de todos os espaços físicos públicos e não públicos (empresas, escolas, clubes etc.) e verificar qual espécie de lazer é o priorizado pela população; quais os espaços físicos que o Município ainda não possui para atender às necessidades; quais os espaços intensamente ocupados; quais os espaços ociosos; por que são ociosos; se a população tem acesso fácil e barato aos espaços de lazer etc., além de considerar várias possibilidades, entre elas as condições econômicas do povo, os limites do meio ambiente na promoção do lazer, a oferta de empregos, o acesso dos municípios aos equipamentos de lazer, entre outros.

g) Democratização das discussões: significa incentivar a participação popular, discutir direta e constantemente com as comunidades envolvidas os projetos de lazer e também fazer sua avaliação. A partir da democratização das discussões – que deve respeitar prazos, a fim de que dê tempo de executar as fases necessárias dos projetos em período razoável –, ocorre a reversão das prioridades das políticas públicas atuais, eis que o lazer passará a figurar, assim como outros direitos, como uma prioridade para as comunidades.

h) Capacitação dos recursos humanos: para que se implementem políticas públicas de lazer eficientes, faz-se necessária uma política permanente de motivação, qualificação e capacitação técnica e política dos recursos humanos responsáveis pelo lazer, tanto de parte (especialmente) dos gestores públicos da

pasta/departamento/secretaria de lazer, como dos coordenadores e servidores públicos que com ele trabalham e de outras pessoas que atuam voluntária ou profissionalmente na área do lazer, a fim de efetivamente planejarem e executarem políticas públicas consistentes, eficientes e eficazes. A pessoa que estiver envolvida com projetos de lazer deve ter formação específica, profissional, além de reunir características de liderança, comunicação, criatividade, organização, atualização e senso crítico.

i) Promoção da educação para e pelo lazer: a educação para o lazer significa identificá-lo como objeto de educação; a educação pelo lazer significa reconhecê-lo como veículo de educação. As escolas têm papel central para a formação e a continuidade de políticas públicas, pois são os locais em que se pode trabalhar o lazer de forma inter/multi/transdisciplinar, em que artes, festas tradicionais, excursões, jogos, esportes em geral, ginástica, dança, acampamentos, teatro, música, pintura, entre outras são formas lúdicas de educar as crianças e jovens para o lazer e, na vivência dessas práticas, vem a educação pelo lazer, inclusive como busca de formação das pessoas para desenvolver a autonomia e a incorporação de hábitos saudáveis no tempo livre ou não.

j) Política urbana que priorize a função social: o processo de urbanização é extremamente relevante para a implementação do direito ao lazer, pois o espaço em que vivemos influencia a nossa maneira de viver. Destaca-se a relevância do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, aprovado pela Câmara de Vereadores, que contempla normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento e crescimento dos Municípios, enfocando aspectos físicos, sociais, econômicos e administrativos da política urbana. Mesmo os Municípios pequenos, embora não seja obrigatório por lei, já poderiam esboçar seu Plano Diretor conjuntamente com a comunidade, com regras mínimas, para melhor planejar o crescimento urbano integrado nas necessidades dos habitantes. Lembra-se, ainda, que o lazer tem estreita ligação com as funções urbanísticas, quais sejam: condições adequadas e suficientes de moradia, trabalho, recreação e circulação, como formas de humanizar o espaço urbano e transmitir bem-estar econômico e social aos munícipes.

l) Promoção do meio ambiente equilibrado: as políticas ambientais promovidas pelo Município devem, além de identificar o lazer como o destinatário na busca do bem-estar dos munícipes, entendê-lo como instrumento de respeito, preservação e conservação do meio ambiente em geral, pois este é um valor que deve estar acima de quaisquer preponderâncias econômicas e privadas, uma vez que as pessoas têm o direito de usufruir de um lazer saudável, natural e ecologicamente equilibrado.

m) Política de saúde como um bem de todos: o direito ao lazer e à saúde encontram-se imbricados, eis que o lazer, compreendido como experiência cultural construída, está diretamente vinculado à qualidade de vida e à dignidade da pessoa humana. Deste modo, verifica-se que o Município, assim como o Estado e a União, juntamente com a sociedade, devem discutir – por meio de Conselhos Municipais, Conferências ou outras formas – perspectivas e propostas de políticas públicas capazes de articular lazer e saúde como direitos sociais constitucionais efetivos, de forma a saciar as necessidades básicas (de saúde, acesso à água potável, alimentação, lazer, educação, moradia etc.) das pessoas, promovendo a qualidade de vida da população em geral.

Nosso país atravessa situação socioeconômica complexa, advindo daí inúmeras dificuldades que se refletem nas políticas públicas nos Estados e nos Municípios, cujas demandas por recursos são em geral superiores à disponibilidade. Por isso, se as forças vivas de cada Município, incluindo-se aqui primeiramente o Poder Público, seguido da iniciativa privada, as instituições científicas e acadêmicas, as entidades comunitárias, os políticos e a comunidade como um todo, buscarem conjuntamente os objetivos que levem à implantação de políticas públicas municipais, certamente será possível avançar bastante com relação às oportunidades de concretização dos direitos sociais, notadamente o lazer.

4 CONCLUSÃO

O lazer, direito social constitucional, compreendido como experiência cultural construída e fator de desenvolvimento humano, é caracterizado como liberdade positiva que deve ser incentivada e concretizada pelo Poder Público, pois, em se tornando efetivo, contribuiria para a melhoria na qualidade de vida e para a efetivação de maior igualdade social e material para as pessoas.

Por decorrência, o Município, como entidade político-administrativa que cuida dos interesses locais dos municípios, tem o dever de garantir a satisfação desses interesses, entre eles o lazer. Deste modo, a pesquisa, a partir do estudo de caso do Município de Lajeado/RS, realizado por meio de levantamento de dados com presidentes de Associações de Moradores de Bairros e secretários municipais, tomando como base o ano de 2005, verificou inúmeros aspectos da realidade local relacionada ao lazer.

Da descrição e análise dos dados, foram possíveis algumas constatações, as quais se resumem aqui: há necessidade de políticas públicas municipais claras de lazer em sintonia com as necessidades e desejos das comunidades, sendo demonstrada a existência de diversos projetos de lazer, alguns sem continuidade e outros mais duradouros; alguns destinados mais para o público de massa, especialmente localizados na área central da cidade, e outros para grupos específicos, notadamente para a terceira idade e crianças dentro do

tempo escolar. Além disso, foram identificadas necessidades já contempladas e as faltantes na área do lazer nos bairros do Município, inclusive com a apresentação de dificuldades existentes nesta área e em outras afins e sugestões trazidas pelos pesquisados e pela própria pesquisa¹¹.

De modo geral, constatou-se boa vontade, preocupação e interesse das categorias pesquisadas em identificar o lazer como algo bom para as pessoas, mas reconhecendo-o como de valor secundário em comparação com os demais direitos sociais: saúde, educação, segurança, trabalho etc. Observou-se, ainda, que a demanda das comunidades dos bairros por atendimentos na área do lazer e afins são muito maiores do que o Poder Público tem condições de satisfazer.

Por isso, há a necessidade de ele seguir determinadas orientações na formulação das políticas públicas municipais, especialmente no sentido de trabalhá-las com a compreensão de que devam ser algo contínuo, duradouro e integrado entre diversas secretarias, extrapolando, inclusive, a questão partidária de um mandato; além de buscar mais parcerias e recursos com os diversos setores da sociedade; de diagnosticar as necessidades da população; de proporcionar maior incentivo à participação das comunidades, e de capacitar mais e melhor os recursos humanos que trabalham na área, dentre outras, como instrumentos de planejamento, gestão e ação dos Governos municipais.

A felicidade – que permeia a qualidade de vida e que a dignidade humana respeitada exterioriza – pode e deve ser construída, e o lazer – como experiência cultural também construída –, acredita-se, é um dos meios pelo qual isso pode ser concretizado, uma vez que ele – quando compreendido e desfrutado com sabedoria e temperança – promove a auto-humanização, auxilia na inclusão social, aumenta a responsabilidade individual e social das pessoas, transforma as comunidades com o desenvolvimento de suas melhores aptidões, contém em si prazer, satisfação e bem-estar.

¹¹ Importante ressaltar que, em janeiro/2007, foi feita, por esta autora, uma sessão de apresentação dos resultados finais da pesquisa sobre lazer realizada em Lajeado/RS, ocasião em que estiveram presentes presidentes das Associações de Moradores dos Bairros, secretários municipais e outras pessoas da comunidade. Além disso, em abril/07, houve a participação da pesquisadora na Tribuna Livre da Câmara de Vereadores para a apresentação dos mesmos resultados, somando-se a entrevistas em rádios e publicações em jornais. Observou-se, a partir de então, uma significativa mudança de postura tanto do Executivo quanto de representantes do Legislativo e das Associações de Moradores, no sentido de que estão dando mais atenção à área do lazer no Município de Lajeado, com a implementação de diversas iniciativas que beneficiam os moradores.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José Vicente de. **Lazer: princípios, tipos e formas na vida e no trabalho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- BORDADO desponta como principal atividade artesanal. **O Informativo do Vale**, Lajeado/RS, p. 13, 30 nov. 2006.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **O que é lazer**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- CELULAR e internet são as mídias mais usadas para o lazer, diz relatório. **Folha Online**. Disponível em: <<http://tools.folha.com.br/print?site=emcimadahora&url=http%3A%2F%2Fwww1.folha.uol.com.br%2Ffolha%2Finformatica%2Fult124u21121.shtml>>. Acesso em: 05 dez. 2006.
- CHEMIN, Beatris F. **Constituição & Lazer: uma perspectiva do tempo livre na vida do (trabalhador) brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2002.
- CRUZ, Manoel Martins da. A experiência da Frente Popular de Florianópolis. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- LAJEADO (Município). Prefeitura Municipal de Lajeado. **Lajeado trabalhando pelo progresso**. Lajeado/RS, Ano 1, n.1, p. 40, mar. 2006.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- _____. **Lazer e educação**. 6.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000a.
- _____. **Lazer: formação e atuação profissional**. 2.ed. Campinas, SP, Papyrus: 2000b.
- MELO, Victor Andrade de; ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Manole, 2003.
- MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- MÜLLER, Ademir. O esporte olímpico e sua relação com a política pública e a gestão da educação física, do esporte, do lazer e da recreação no Brasil. **Cinergis**. Santa Cruz do Sul, v. 5, n. 2, jul/dez, 2004.

_____ ; Cultura do lazer do trabalhador da indústria: inclusão ou exclusão?
In: MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (Orgs.). **Lazer e trabalho:**
um único ou múltiplos olhares? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p.
117-136.

PADILHA, Valquíria. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? In: MÜLLER,
Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (Orgs.). **Lazer e trabalho:** um único ou
múltiplos olhares? Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 243- 266.

PELLEGRIN, Ada de. O espaço de lazer na cidade e a Administração
Municipal. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). **Políticas públicas
setoriais de lazer:** o papel das prefeituras. Campinas, SP: Autores Associados,
1996. p. 31-38.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. A construção da
interdisciplinariedade no lazer: experiência política da Prefeitura Municipal de
Belo Horizonte/MG. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.) **Políticas
públicas setoriais de lazer:** o papel das prefeituras. Campinas, SP: Autores
Associados, 1996. p. 61-70.

PROJETO Vida: 660 crianças em boas mãos. **Lajeado trabalhando pelo
progresso.** Lajeado/RS: Íntegra, , n.1,p. 39, mar. 2006.

RIZZARDO, Arnaldo. **Comentários ao Código de Trânsito Brasileiro.** São
Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

SOUZA, Okky de; ZAKABI, Rosana. Imersos na tecnologia – e mais espertos.
Veja, São Paulo, ed. 1938, ano 39, p. 66-75. 11 jan. 2006.

TERCEIRA idade: idosos tratados com dignidade. **Lajeado trabalhando pelo
progresso.** Lajeado/RS: Íntegra, n.1, p. 25, mar. 2006.

TRÂNSITO seguro. **Lajeado trabalhando pelo progresso.** Lajeado/RS: Íntegra,
n.1, p. 11, mar. 2006.